

Ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, realizada em 01/04/2025.

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às onze horas e vinte e um minutos, na sala Dep. Jairo Azi, destinada aos seus trabalhos, reuniu-se a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, sob a presidência do Sr. Deputado Zé Raimundo Fontes, com a presença dos seguintes Srs. Deputados-Membros: Cafu Barreto, Robinho, Bobô, Hassan e Euclides Fernandes. Havendo quórum regimental, o Sr. Presidente iniciou os trabalhos lembrando que na última reunião foi feita a distribuição de alguns pareceres. Em seguida, fez a leitura da Ordem do Dia. O Sr. Deputado Robinho leu o parecer de sua autoria ao **Ofício nº 3.170/2023**, do Tribunal de Contas dos Municípios, que encaminha a prestação de contas do órgão, acompanhada de Relatório Anual de Atividades, referente ao exercício de 2022. Parecer: favorável. O Sr. Presidente colocou o parecer em discussão e votação, aprovado por unanimidade. Na sequência, o Sr. Presidente leu o parecer de sua autoria ao **Ofício nº 3.023/2022**, do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, que encaminha a prestação de contas do órgão, acompanhada de Relatório Anual de Atividades, referente ao exercício de 2021. Parecer: favorável. O Sr. Presidente colocou o parecer em discussão e votação, aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Sr. Deputado Bobô foi indicado para ler o parecer de autoria do Sr. Deputado Zé Raimundo Fontes ao **Projeto de Lei nº 16.340/2007**, de autoria do Sr. Deputado Euclides Fernandes, que determina que as universidades públicas do estado da Bahia adotem como carga horária válida para estágio dos seus cursos de licenciatura, o trabalho em pré-vestibulares populares. Parecer: favorável. O Sr. Presidente colocou o parecer em discussão e votação, aprovado por unanimidade. Em seguida, o Sr. Deputado Hassan foi indicado para ler o parecer de autoria do Sr. Deputado Fabrício Falcão ao **Projeto de Lei nº 16.669/2007**, de autoria do Sr. Deputado Euclides Fernandes, que institui no currículo das escolas estaduais conteúdo programático voltado à prevenção da gravidez precoce. Parecer: favorável. O Sr. Presidente colocou o parecer em discussão e votação, aprovado por unanimidade. O Sr. Deputado Bobô foi indicado para ler o parecer de autoria do Sr. Deputado Fabrício Falcão ao **Projeto de Lei nº 20.740/2014**, de autoria do Sr. Deputado Roberto Carlos, que cria a Semana de Incentivo à Prática Esportiva nas Escolas Públicas do Estado da Bahia. Parecer: favorável. O Sr. Presidente colocou o parecer em discussão e votação, aprovado por unanimidade, com Emenda Modificativa. O Sr. Presidente franqueou a palavra para quem quisesse se manifestar e disse que em seguida daria breves sugestões para os trabalhos na comissão. O Sr. Deputado Euclides Fernandes fez uso da palavra e abordou a programação das pautas da comissão, destacando a necessidade de se discutir assuntos importantes para a sociedade baiana. O Sr. Presidente sugeriu fazer algumas sessões para aprovar pareceres de projetos de lei, para dar prosseguimento ao fluxo normal do processo legislativo, e após isso entraria em acordo com os membros da comissão para fazer um amplo debate para a definição das pautas. Disse que a ideia seria após a votação dos pareceres fazer um debate sobre os projetos estratégicos da Bahia, convidando o Sr. Secretário de Governo, Afonso Florence, o Sr. Secretário da

Fazenda, Manoel Vitória, e o Sr. Secretário de Planejamento, Cláudio Peixoto. Informou que fez um contato breve com os dois primeiros. Continuando, disse que faria uma mobilização nos gabinetes com os assessores parlamentares para debater uma visão de conjunto para a comissão. Colocou em apreciação esse encaminhamento, o qual foi acatado pelos demais presentes. O Sr. Deputado Robinho disse que hoje não teria o que comemorar, pois o governo da Bahia resolveu aderir ao Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), para aumentar a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 17% para 20% sobre os produtos importados. Disse que as compras online através de plataformas sofreriam esse aumento. Continuando, lamentou o comentário feito pela Sr.^a Secretária de Política para as Mulheres, a deputada licenciada Neusa Cadore, que declarou ser contra o agronegócio. Defendeu que qualquer deputado ou qualquer cidadão pode defender o pequeno produtor, aquele que tem dificuldade ou que tem pouca condição, mas sem ser contra aquele que produz mais ou que tem mais condições financeiras, pois é quem pagaria mais impostos. Disse que o pequeno produtor só paga imposto quando vai consumir. O Sr. Deputado Euclides Fernandes discordou do Sr. Deputado Robinho quanto ao aumento do ICMS sobre os produtos comprados de forma online no exterior, alegando que quem procura produto internacional é aquele de grande poder aquisitivo, não é o pobre. Continuando, concordou com o Sr. Deputado Robinho a respeito do comentário da Sr.^a Secretária Neusa Cadore sobre o agronegócio. Disse que o setor significa sustentabilidade econômica para a Bahia. O Sr. Presidente lembrou que, como não havia quórum para votação, estariam ali em um debate produtivo. Também concordou em relação ao comentário feito pela Sr.^a Secretária Neusa Cadore sobre o agronegócio. Disse que ela poderia defender o que acredita, mas sem ser contrária ao agronegócio. O Sr. Deputado Robinho disse que, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o agronegócio representa 23% do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia e 53% das exportações baianas. Prosseguindo, rebateu a fala do Sr. Deputado Euclides Fernandes e disse que o rico, quando quer comprar produto importado, viaja ao exterior. Quem compraria online, através das plataformas, seriam as pessoas mais humildes, para comprar mais barato. O Sr. Presidente disse que seriam dois pontos em debate: a questão do mercado interno em relação à pressão de setores do *e-commerce* e a questão do agronegócio. Defendeu que todo agro é negócio. A pequena agricultura também seria negócio. Sugeriu que esse debate sobre a importação acontecesse em outra oportunidade, em um seminário internacional, por exemplo. Em relação à fala da Sr.^a Secretária Neusa Cadore, explicou que ele deve ter tido a intenção de fazer uma crítica aos exageros do agronegócio, mas que pessoalmente não acredita que ela seja contrária ao setor. Nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, às doze horas e cinco minutos, cujo inteiro teor encontra-se gravado na Secretaria-Geral das Comissões (SGC). E, para constar, eu, Iara Maria Loureiro de Oliveira, secretária desta comissão, lavrei a presente ata, a qual, lida e aprovada, será assinada por todos, para que produza os efeitos legais. Sala das Comissões, 1º de abril de 2025.

Deputado Zé Raimundo Fontes

Deputado Cafu Barreto

Deputado Robinho

Deputado Bobô

Deputado Hassan

Deputado Euclides Fernandes

Assinado eletronicamente por:
JOSE RAIMUNDO FONTES
CPF: ***.120.975-**
Data: 22/07/2025 15:46:43 -03:00

noPaper

Assinado eletronicamente por:
CARLOS ROBSON RODRIGUES DA SILVA
CPF: ***.322.596-**
Data: 23/01/2026 10:28:10 -03:00

noPaper